

# **METODOLOGIA DE RUPTURA APLICADA NO RESGATE DE MEMÓRIAS E CONSTRUÇÃO DE OPÇÕES PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS - O CASO DOS TRUKÁ DE SÃO FÉLIX.**

## **1. INTRODUÇÃO**

A colonização do Brasil resultou na extinção de diversos grupos indígenas, conforme destacado por Darcy Ribeiro (1995), devido às epidemias, guerras e escravidão. Ademais, ocorreu uma ruptura na relação dos povos indígenas com suas terras tradicionalmente ocupadas. Ainda hoje, muitas dessas populações continuam submetidas a um processo contínuo de assimilação cultural, influenciado, entre outros fatores, pela proximidade com a sociedade envolvente e seus modos de vida.

Na busca por compreender o presente através do resgate histórico, corre-se o risco de polarizar o debate em torno de opressores e oprimidos. No entanto, o objetivo central deste trabalho é analisar como se deu a formação da comunidade Truká antes de discutir seu desenvolvimento atual.

A metodologia empregada, denominada RARA (Reconexão com a Ancestralidade e com o Ambiente), propõe a subversão do fluxo histórico de integração forçada dos povos indígenas à sociedade envolvente, um fenômeno que remonta à colonização. A RARA busca não apenas preservar tradições culturais, mas também promover sua aplicação em contextos mais amplos, diante das crescentes crises socioambientais, culturais e éticas. O Buen Vivir, em sua essência, emerge como um modelo de convivência sustentável e harmônica, oferecendo alternativas viáveis às práticas hegemônicas que intensificam a exploração ambiental e as desigualdades sociais..

A metodologia proposta baseia-se no marketing social e no teatro fórum como ferramentas para implementar a abordagem RARA, composta por quatro etapas: lembrar, aprimorar, repetir e avançar.

Esse estudo busca, assim, responder à pergunta: como a metodologia RARA pode contribuir para a sustentabilidade, conciliando a conservação ambiental e da cultura material e imaterial da etnia Truká com a necessidade de desenvolvimento na Ilha de São Félix?

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO BRASIL AO APAGAMENTO DA CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS**

A cultura, entendida como conjunto de conhecimentos e crenças de um povo (Santos, 2006), foi central na construção social brasileira. O contato entre diferentes culturas gerou conflitos, transformações sociais e mudanças na apropriação dos recursos. Durante o período colonial, os indígenas sofreram perdas profundas, forçados a assimilar aspectos europeus, como na política pombalina, que institucionalizou esse processo. O etnocentrismo europeu apagou costumes e generalizou povos diversos sob o termo “índio” (Goulart, 2018).

A formação cultural brasileira foi moldada pela visão de mundo europeia, que marginalizou os povos originários (Silva, 2018). A miscigenação resultou no povo brasileiro atual, mas em contexto de violência, sobretudo contra mulheres indígenas e africanas. Freyre (2006) defende equilíbrio entre brancos, negros e indígenas, mas críticos como Coelho e Rodrigues (2023) destacam que houve apagamento cultural forçado. Paula et al. (2022) denominam esse processo de colonialidade. A imposição do português como língua oficial (Garcia, 2007) e a criação de escolas para indígenas levaram à extinção de muitas línguas e à homogeneização cultural.

## 2.2 A ABORDAGEM TRADICIONAL DE DESENVOLVIMENTO E OS POVOS ORIGINÁRIOS

Ao longo da história do Brasil, o conceito de "desenvolvimento" foi frequentemente utilizado para justificar ações que contrariaram o bem-estar dos povos originários. Os indígenas foram sistematicamente marginalizados e, até o século XX, considerados obstáculos ao progresso econômico do país, conforme aponta Silva (2018). A percepção dos povos indígenas como um entrave ao desenvolvimento está atrelada ao interesse na exploração dos recursos naturais presentes em suas terras, desconsiderando, assim, seu direito fundamental de ocupação, essencial para a preservação de sua cultura e existência. No entanto, Acosta (2016) destaca que os indígenas não são pré-modernos nem atrasados; pelo contrário, suas práticas e valores refletem uma civilização viva, que tem resistido à Modernidade colonial.

Durante a Conferência Digital GLF Amazônia, Benki Piänko Ashaninka (2021), uma das grandes vozes indígenas na questão ambiental, alertou que as mudanças climáticas são um problema social que afeta a todos, indígenas e não indígenas. A perspectiva indígena sobre o uso sustentável dos recursos naturais tem colocado em evidência as crises ambientais que assolam o planeta. Benki ressaltou que chegou o momento de a sociedade não indígena aprender com os povos originários a reconhecer que a água que se bebe, o ar que se respira e o alimento que se consome provêm da natureza, exigindo uma mudança na maneira de interagir com esses recursos. Assim, o desenvolvimento não deve ser sinônimo de destruição, mas de uma coexistência harmoniosa entre os seres humanos e o ambiente em que vivem.

## 2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O BEM VIVER PARA CONTINUAR A VIVER

Ao analisar o percurso das primeiras manifestações globais em favor de uma mudança na perspectiva do desenvolvimento, observa-se, conforme Montibeller Filho (1993), que foram necessárias extensas discussões até que se consolidasse uma visão holística dos processos sociais. Essa nova abordagem contrapôs-se a uma visão fragmentada que favorecia interesses específicos sem considerar os impactos ambientais e sociais. Um marco importante nessa trajetória foi a primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas (1960-1970), promovida pela ONU e instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Segundo Barbieri (2020), essa iniciativa buscou concentrar esforços na redução da pobreza em países então classificados como subdesenvolvidos, priorizando o crescimento econômico, a diminuição do desemprego e do subemprego e reconhecendo a necessidade de promover o desenvolvimento econômico global.

O conceito de ecodesenvolvimento, introduzido por Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo, e amplamente difundido por Ignacy Sachs a partir de 1974, foi posteriormente reformulado na década de 1980 como Desenvolvimento Sustentável. Esse conceito ganhou maior notoriedade em 1987, com a publicação do Relatório Brundtland da ONU, intitulado "Nosso Futuro Comum". A definição clássica apresentada no relatório (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46) descreve o desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades".

O Relatório Brundtland também enfatiza que o desenvolvimento sustentável deve ser acompanhado de transformações não apenas econômicas, mas também sociais. A sustentabilidade, portanto, envolve uma preocupação com a equidade social entre gerações, bem como dentro de cada geração. Além disso, o relatório critica o modelo de

desenvolvimento predominante nos países industrializados, replicado por nações em desenvolvimento, ao argumentar que o progresso econômico e social não pode se sustentar na exploração indiscriminada dos recursos naturais.

Ainda assim, há quem argumente que o conceito de desenvolvimento sustentável não é suficiente para frear a degradação ambiental causada pela ação humana. Segundo Martine e Alves (2015), para sustentar o crescimento econômico, torna-se necessário um aumento contínuo na produção e no consumo, seja pela incorporação de novos consumidores, seja pela ampliação do consumo dos atuais. Contudo, surge a questão: até que ponto esse modelo pode avançar sem comprometer a qualidade dos recursos naturais para as gerações futuras?

Rostow (1990) propôs que as sociedades passariam por cinco estágios de desenvolvimento: Sociedade Tradicional, Pré-condições para o Arranco, Arranco (Take-off), A Marcha para a Maturidade e, por fim, A Era do Consumo em Massa. Embora essa classificação tenha sido amplamente adotada, também se mostrou problemática, pois serviu como base para políticas que levaram muitos países a buscar padrões de desenvolvimento similares aos das nações industrializadas, resultando em endividamento externo, aumento das desigualdades sociais e, em alguns casos, intervenções estatais que culminaram na instauração de regimes autoritários, como ocorreu na América Latina.

O desenvolvimento sustentável, por sua vez, adota uma abordagem diferente, baseada no conceito do "triple bottom line", formulado por John Elkington (1994), que considera três pilares fundamentais: pessoas, planeta e lucro. Essa perspectiva exige uma transformação no desempenho das empresas, garantindo prosperidade econômica sem comprometer o meio ambiente e promovendo justiça social. Entretanto, essa não é a prioridade do capitalismo tradicional.

#### 2.4 POSSIBILIDADE DE RESTAURAÇÃO DA TERRA E DA CULTURA ANCESTRAL POR MEIO DA ECOARTE E ARTIVISMO.

A arte, expressão da práxis humana (Konder, 1992), desperta consciência cultural e ecológica. Rahmani (2021) define ecoarte como manifestação integrada ao habitat, exemplificada no projeto Blue Trees Symphony, que bloqueou a construção de um gasoduto. Casos semelhantes ocorreram no Canadá com Tiesenhausen (Ospina, 2022). Obras como Gone (Kirkland, 2004) retratam espécies extintas e denunciam a incapacidade de coexistência humana com a natureza.

Povos indígenas também entrelaçam arte e preservação, como os Tikmũ'ũn, que registram espécies em cantos tradicionais (Gouveia, 2024). O "artevismo" de Jaider Esbell e o coletivo MAHKU de Ibã Huni Kuin mostram a arte como resistência, preservação e afirmação cultural. O Teatro do Oprimido de Boal (1982) reforça a arte como ferramenta de libertação. Experiências com o povo Truká demonstram que arte e educação podem fortalecer a consciência e a resistência cultural.

#### 2.5 MARKETING SOCIAL: MARKETING DO BEM?

No capitalismo, o marketing organiza produção e consumo, mas também pode promover sustentabilidade. Surgiu o Marketing Social, voltado a causas públicas, definido por Kotler e Lee (2011) como uso de ferramentas mercadológicas para mudanças voluntárias de comportamento. Diferente do marketing tradicional, prioriza o bem coletivo (Rothschild, 2010).

Campanhas como o ALS Ice Bucket Challenge (2014), Dove Real Beleza e #MeToo mostram seu impacto social. No Brasil, destacam-se ações do INCA contra o tabagismo. Apesar de desafios de financiamento e resistência cultural (Rodríguez-

Sanchez, 2016), o Marketing Social evidencia que estratégias de mercado podem contribuir para transformações sociais e ambientais.

### **3. METODOLOGIA**

Este trabalho é uma pesquisa aplicada voltada ao fortalecimento da cultura ancestral do povo truká da Ilha de São Félix (PE), resgatando tradições desvalorizadas pela colonização. A metodologia baseou-se na pesquisa-ação (Lewin, 2005), dividida em coleta de dados primários e aplicação da metodologia RARA (Reconexão com a Ancestralidade e com o Ambiente). A RARA, classificada como uma Tecnologia de Gestão Social (TGS), organiza-se em quatro etapas: Relembrar (resgatar costumes), Aprimorar (adaptar as práticas), Repetir (transmitir o conhecimento), Avançar (uso do teatro como conscientização). O estudo buscou sensibilizar os truká e a comunidade sobre a importância dos recursos naturais, analisando cultivo, descarte de lixo e lixo eletrônico problema ambiental global (Amorim et al., 2024). Assim, a pesquisa promoveu sustentabilidade e decolonialidade, alinhando o modo de vida atual a práticas harmônicas com a natureza e as tradições indígenas, ao mesmo tempo em que reforçou a preservação cultural e ambiental da Ilha de São Félix.

### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O grupo étnico que hodiernamente se reconhece como truká habita as margens do Rio São Francisco. A maior parte das aldeias se situam em território pernambucano nas cidades de Orocó, Cabrobó e Belém do São Francisco nas ilhas da Assunção, Porto Apolônio Sales, Tapera, São Félix, Missão e Ilha da Vargem; mas Florêncio (2020) aponta que no estado da Bahia existe a aldeia truká Camixá, em Sobradinho; e os truká-Tupan, em Paulo Afonso.

A população total do povo truká, segundo o Censo 2022, é de cerca de 3.500 pessoas, no entanto, de acordo com estimativa das lideranças locais das aldeias, este número seria de aproximadamente 6000 pessoas.

A economia local é centrada na agricultura familiar, atendendo à subsistência, com excedentes comercializados em Orocó. No entanto, a renda é complementada por programas sociais e benefícios previdenciários, refletindo uma dependência significativa do Estado. O apoio municipal à geração de renda é frágil, sem incentivo estrutural ao fortalecimento produtivo. A atuação da FUNAI na Ilha de São Félix é praticamente inexistente, deixando a comunidade sem suporte para alinhar desenvolvimento econômico e preservação cultural.

A liderança é exercida pelo cacique Yssô Truká (Ailson Santos), que decide junto às lideranças comunitárias. A associação truká, sediada em Cabrobó, é dirigida por mulheres, promovendo equilíbrio de gênero. Reuniões são realizadas para decisões importantes, mas a palavra final cabe ao cacique geral, que lidera a luta pela demarcação territorial e direitos do povo truká.

A economia da aldeia de São Félix baseia-se principalmente na agricultura familiar, voltada para a subsistência, com a comercialização de excedentes no mercado local de Orocó. No entanto, essa atividade não constitui um suporte econômico estável para a comunidade. Além disso, grande parte da renda das famílias provém de programas sociais, como o Bolsa Família, e benefícios previdenciários, evidenciando uma forte dependência do Estado para a segurança econômica.

#### **4.1. COLETA DE DADOS**

Os primeiros dados coletados foram utilizados para direcionar a pesquisa, reformular o problema estudado, aprimorar o questionário e permitir maior familiaridade

com o território. A coleta preliminar envolveu cinco participantes escolhidos aleatoriamente, e o instrumento de coleta foi submetido à validação do orientador antes de sua aplicação ampliada. No total, foram entrevistadas 25 pessoas voluntárias, sendo 55% do sexo masculino e 45% do sexo feminino, com idades entre 13 e 84 anos.

O questionário foi estruturado em oito áreas temáticas: relações familiares, relações com o território, etnia e costumes, medicamentos ancestrais, intolerância, economia e uso de defensivos agrícolas. Entre os tópicos abordados, analisou-se a origem dos respondentes, a adoção de nomes indígenas, o vínculo afetivo com o território e as perspectivas sobre a preservação dos costumes. Além disso, investigaram-se práticas econômicas, agrícolas e a destinação de resíduos eletrônicos e embalagens de defensivos. As informações coletadas permitiram uma compreensão ampla da interconexão entre identidade cultural, sustentabilidade e práticas socioeconômicas, possibilitando a identificação de desafios e estratégias de preservação na comunidade.

#### 4.2. ANÁLISE

A maioria dos entrevistados usava nomes não indígenas, reflexo da política pombalina que impôs nomes portugueses e proibiu línguas nativas (Flexor, 2010; Medeiros, 2016). Ainda assim, 75% tinham pais nascidos na Ilha de São Félix ou arredores, e 85% sempre viveram ali, reforçando a continuidade territorial e o sentimento de pertencimento. O rio São Francisco, a pesca e a agricultura foram apontados como aspectos positivos, enquanto a dificuldade de acesso à cidade e a falta de infraestrutura surgiram como problemas. Um idoso lamentou não ser consultado para transmitir saberes tradicionais.

Sobre resíduos, 90% relataram queimá-los, incluindo eletrônicos e embalagens de agrotóxicos. Apenas 6% rejeitavam esses insumos, e 94% admitiram usá-los sem conhecimento adequado de segurança. O descarte inadequado, em geral por queima, foi amplamente reconhecido como prejudicial, mas justificado pela falta de alternativas.

Todos os entrevistados praticavam agricultura, muitas vezes associada a outras atividades, e 85% declararam depender do território para o sustento. A pesquisa mostra uma comunidade com forte vínculo cultural e territorial, que preserva práticas tradicionais, mas enfrenta impactos históricos e pressões contemporâneas, indicando a urgência de ações para valorizar a cultura truká e promover sustentabilidade.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RARA vai além da preservação indígena, propondo soluções sustentáveis e integradas. Sua aplicação em São Félix demonstrou viabilidade, fortalecendo o pertencimento e valorização dos saberes tradicionais. A transmissão oral permanece essencial, mas há risco de perda de conhecimento. Políticas públicas para manejo sustentável de resíduos e capacitação em uso de defensivos são necessárias. O fortalecimento institucional e valorização do conhecimento indígena são fundamentais para garantir a preservação cultural e ambiental da comunidade.

#### REFERÊNCIAS

- Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.
- AMORIM, J. et al. *Resíduos eletrônicos e sustentabilidade global*. [S.l.]: [s.n.], 2024.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento sustentável: das origens à agenda 2030*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

- BENKI PIÃNKO ASHANINKA. Conferência Digital GLF Amazônia. 2021. Disponível em: <https://www.globallandscapesforum.org/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1992.
- COELHO, R.; RODRIGUES, M. *Apagamento cultural e colonialidade no Brasil*. Salvador: Edufba, 2023.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1994.
- FLORENCIO, H. *Os truká e a territorialidade indígena no São Francisco*. Recife: UFPE, 2020.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Política pombalina e identidade cultural*. Salvador: Edufba, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GARCIA, Elisa. *Políticas linguísticas no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2007.
- GOULART, M. *Etnocentrismo e apagamento cultural no Brasil colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- GOUVEIA, A. *Arte indígena e biodiversidade: o caso Tikmũ'ũn*. Manaus: EDUA, 2024.
- KIRKLAND, D. *Gone*. [S.l.]: [s.n.], 2004.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- KOTLER, Philip; LEE, Nancy. *Marketing social: influenciando comportamentos para o bem*. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- LEWIN, Kurt. *Field theory in social science*. New York: Harper, 2005.
- MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio. *Economia e meio ambiente no século XXI*. Campinas: Unicamp, 2015.
- MEDEIROS, L. *Políticas pombalinas e povos indígenas*. Recife: UFPE, 2016.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *Economia e ecologia: o pensamento crítico sobre o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Cortez, 1993.
- OSPINA, J. *Ecoarte e ativismo ambiental no Canadá*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2022.
- PAULA, L. et al. *Colonialidade e resistência cultural no Brasil*. Brasília: UnB, 2022.
- RAHMANI, Aviva. *Blued trees symphony*. New York: Ecoartspace, 2021.
- RODRIGUÉZ-SANCHEZ, R. *Desafios do marketing social*. Madrid: Universidad Complutense, 2016.
- ROTHSCHILD, M. *Marketing social e bem-estar coletivo*. New York: Wiley, 2010.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, T. *Povos originários e desenvolvimento no Brasil*. Brasília: UnB, 2018.